

ENCARTE ESPECIAL

paraná cooperativo

SUPLEMENTO DE

Agranalysis v. 31.
n. 9 set. 2011

Julho • 2011

Av. Cândido de Abreu, 501 - 80530-000 - Curitiba - PR - www.ocepar.org.br

FGV-SP / BIBLIOTECA
PERIÓDICOS



12011802096

Equilíbrio entre produção alimentar e proteção ambiental

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 30/2011

CÓDIGO FLORESTAL

Apresentação

O País atravessa um momento importante em torno da definição do novo Código Florestal Brasileiro e não podemos perder a oportunidade de avançar nessa questão. **Precisamos de um marco regulatório moderno, que proporcione o equilíbrio entre a produção agropecuária e a proteção do meio ambiente.**

Isso se torna mais desafiador diante das projeções em relação à demanda alimentar. **A Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) estima que até 2050 a produção de alimentos tenha que aumentar em 70%, pois a população mundial deverá crescer em mais de um terço, somando 9,1 bilhões de pessoas. Ao Brasil caberá contribuir com 40% desse aumento de oferta de alimentos.**

Já o Ministério da Agricultura publicou um estudo com as projeções do agronegócio brasileiro até 2021 que prevê a expansão de 20% na produção de leite, 23% em grãos e 26% em carne para atender as necessidades de consumo interno e externo de alimentos.

Nesse contexto, o novo Código Florestal pode se tornar um instrumento estratégico, pois o setor agropecuário brasileiro desempenha um importante papel na garantia da segurança alimentar nacional e de boa parte do mundo.

Um agricultor brasileiro produz o suficiente para alimentar 155 pessoas. Tudo isso em uma pequena parcela do território nacional. A produção de grãos, por exemplo, ocupa apenas 7% do total da área do País. A eficiência dos nossos produtores é comprovada por marcas surpreendentes: nos últimos 30 anos, eles mais que dobraram a produtividade no campo; triplicaram a produção de grãos; multiplicaram as exportações de produtos de origem agropecuária em

**Agricultura brasileira
responde por 26%
do PIB e 37% dos
empregos**

**Produção de grãos
ocupa apenas 7%
da área do País**

seis vezes e viabilizaram o equilíbrio da balança comercial brasileira. É importante salientar ainda que o trabalho realizado pelo setor resulta em renda e milhões de empregos para muitos brasileiros, no campo e nas cidades. O setor é responsável por 26% do PIB e gera 37% dos empregos do País.

As alterações realizadas no Código Florestal ao longo de sua existência tornaram a legislação ambiental complexa, de difícil aplicabilidade e com foco apenas na proteção ambiental. Não foram considerados os momentos históricos de consolidação do uso da terra, a evolução tecnológica ocorrida no meio rural e o agricultor não foi consultado sobre o assunto, embora seja um importante agente ligado à preservação.

Ele tem utilizado a terra de forma responsável, consciente de que a natureza é sua maior aliada, porém, está amarrado às exigências da atual legislação, que implicam em perda da competitividade e inviabilizam economicamente muitas pequenas propriedades rurais, comprometendo até mesmo a manutenção de sua família no campo.

Para ter condições de continuar produzindo e promover o abastecimento de forma sustentável, os agricultores necessitam do amparo de leis ambientais com regras claras e objetivas, que proporcionem segurança jurídica no campo.

Este documento apresenta uma análise do impacto causado pela atual legislação ambiental sobre a agricultura e as propostas do cooperativismo ao projeto em tramitação no Senado Federal, com o propósito de oferecer aos parlamentares mais subsídios ao debate sobre a reforma do Código Florestal.

João Paulo Koslovski
Presidente do Sistema Ocepar

CONTRIBUIÇÃO DO AGRICULTOR BRASILEIRO AO **Meio Ambiente**

Através de muitas práticas ambientais positivas, os agricultores brasileiros aliam a produção agropecuária com a conservação da natureza, ajudando na sua preservação. No Paraná, por exemplo, aderiram aos programas de recuperação de nascentes e de matas ciliares, que são referência para o País. Do mesmo

modo, os agricultores e as cooperativas tomaram a frente em ações voltadas ao saneamento ambiental. Não por acaso, o setor agrícola é hoje o único possuidor de um programa oficial voltado à redução de emissão de gases de efeito estufa, o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC).

25

milhões de hectares

é a área cultivada com o sistema de plantio direto no Brasil, evitando perda de solo de 20 a 40 ton/ha/ano e contribuindo com a redução da emissão de CO₂.

95%

dos agricultores brasileiros aderiram ao Programa de Recolhimento de Embalagens Vazias de Defensivos Agrícolas.

187

mil toneladas

de embalagens vazias de agrotóxicos já foram retiradas do meio ambiente pelos agricultores brasileiros, desde 2002.

73%

é a parcela de contribuição do campo para a redução de emissões de CO₂, com a substituição da gasolina pelo etanol de cana de açúcar.

60%

da matriz energética renovável do Brasil tem origem no meio rural.

CONTRIBUIÇÃO DO AGRICULTOR À **Economia Brasileira**

No Brasil, o campo concentra 16% da população, sendo que a agricultura gera 37% dos empregos no meio rural e urbano, contribuindo para o desenvolvimento de muitas regiões e pela renda de milhões de famílias. O valor bruto da produção das

20 principais lavouras deve alcançar R\$ 199 bilhões em 2011. O setor agropecuário brasileiro lidera as exportações do país, tendo como principais produtos embarcados o álcool de cana, açúcar, café, suco de laranja, soja, milho, carnes, entre outros produtos.

A produção brasileira de grãos mais que triplicou nos últimos trinta anos e atingiu

161
milhões de toneladas

Em 2010, o montante das exportações que tem origem no campo atingiu

76
bilhões de dólares

Sem o agronegócio, o Brasil teria déficits comerciais. A participação do setor nas exportações totais do país é de

40%

A participação do agronegócio brasileiro no Produto Interno Bruto brasileiro é de

26%

A responsabilidade do agricultor brasileiro na geração de empregos tanto no campo quanto nas cidades é de

37%

Código Linha d

A P P

- Cria a figura das
- Florestas Protetoras,
- com o objetivo de
- conservar o regime das
- águas, evitar a erosão,
- fixar dunas e auxiliar a
- defesa das fronteiras,
- entre outros;
- Estas florestas poderiam
- ser exploradas de forma
- limitada e não eram
- estabelecidos limites
- mínimos para sua
- proteção.

- As florestas protetoras
- passam a ser denominadas
- de preservação permanente,
- servindo para proteger os
- cursos d'águas, nascentes, topo
- de morros, encostas, dunas e
- áreas de altitudes. São criados
- os limites de proteção das
- matas ciliares:
- • 5m para rios até 10 metros;
- • Metade da largura do rio, para
- aqueles entre 10 e 200 metros;
- • 100m para rios maiores de
- 200 metros.

- Altera os limites de
- proteção das matas ciliares
- para:
- • 30m em rios até 10
- metros;
- • 50m em rios de 10 a 50
- metros;
- • 100m em rios de 50 a
- 100 metros;
- • 150m em rios de 100 a
- 200 metros;
- • Igual à distância entre
- margens para rios
- superiores a 200 metros.

1934

**Decreto
23.793**

**Primeiro
Código Florestal**

1965

**Lei
4.771**

**Segundo
Código Florestal**

1986

**Lei
7.511**

**Altera o
Código Florestal**

1989

**Lei
7.803**

**Altera o
Código Florestal**

RESERVA LEGAL

- Limita o uso da
- propriedade, não
- permitindo que
- fosse abatido
- mais de 3/4
- da vegetação
- existente.
- Não exige
- a obrigação
- de fazer
- recomposição ou
- compensação de
- florestas.

- Limita o uso das florestas
- privadas, obrigando a
- respeitar o limite mínimo
- de:
- • 20% da área de
- cada propriedade com
- cobertura arbórea,
- localizada nas regiões
- Leste Meridional, Sul e
- Centro Oeste (sul);
- • 50% da área de cada
- propriedade, localizadas
- na região Norte e parte
- Norte da região Centro
- Oeste.

- Cria a expressão Reserva
- Legal e a necessidade de
- sua averbação. Ficando
- entendida como área de
- no mínimo 20% ou 50%
- (conforme região) de cada
- propriedade, onde não é
- permitido o corte raso.
- Nas propriedades, entre 20-
- 50 ha, os maciços florestais
- (frutíferos, ornamentais e
- industriais) passam a contar
- para compor a Reserva Legal.
- Aplica-se 20% para a
- Reserva Legal no Cerrado.

Florestal

o Tempo

- Altera os limites de proteção das matas ciliares para:
- 30m nos rios até 10 metros;
- 50m nos rios de 10 a 50 metros;
- 100m nos rios de 50 a 200 metros;
- 200m nos rios de 200 a 600 metros;
- 500m nos rios maiores de 600 metros;
- Estabelece limite de 50m de mata ciliar para as nascentes e a marcação das matas ciliares passa a ser delimitada desde o nível mais alto do curso de água.

- **MP 1.736-31/98**
- Possibilita, sem restrição, o uso das Áreas de Preservação Permanente para o cômputo da Reserva Legal
- **MP 1.956-50/00**
- Cria a definição atual de Área de Preservação Permanente, a qual ganha papel de conservação da biodiversidade, além de protetora de recursos hídricos e solo
- **MP 1.956-50/00**
- Permite o uso das Áreas de Preservação Permanente para compor a Reserva Legal, somente quanto à soma exceder a 80% da propriedade na Amazônia Legal, 50% nas demais regiões e 25% da pequena propriedade rural

1991

2001

2006

2008

Lei 8.171

Lei de Política Agrícola

- Cria a obrigação dos proprietários efetuem a recomposição da Reserva Legal, mediante o plantio de 1/30 avos, a contar de 1992.

MP 2.167-67

com origem na MP 1.511/96 foi reeditada 67 vezes

- **MP 1.511/96**
- Apresenta o termo fitofisionomias florestais, determinando que nas propriedades na região norte e parte norte da região centro oeste, que possuírem tal cobertura florestal, não seja permitido o corte raso em pelo menos 80% da área
- **MP 1.956-50/00**
- Cria a definição atual de Reserva Legal, a qual passa a ser delimitada em função da propriedade e ganha papel de conservação de biodiversidade
- **MP 1.956-50/00**
- A propriedade, a título de Reserva Legal, deve manter:
 - 80% de floresta na Amazônia Legal;
 - 35% de cerrado na Amazônia Legal;
 - 20% de florestas em outras regiões do País, e;
 - 20% de campos gerais em qualquer região do País
- **MP 1.956-50/00**
- Para as propriedades familiares é permitido computar árvores frutíferas e exóticas para compor a Reserva Legal
- **MP 1.956-50/00**
- Possibilita aos proprietários a recomposição florestal, a regeneração natural e a compensação da Reserva Legal com alternativas de regularização

Lei 11.428

Lei da Mata Atlântica

Decreto 6514

Regulamenta Lei de Crimes

- Estabelece de forma mais rígida sanções ao descumprimento da reserva legal;
- Considera infração, passível de advertência e multa diária, a não averbação da Reserva Legal; No entanto, o dispositivo específico para a reserva legal não entrou em vigor, a fim de que haja definições quanto a alteração do Novo Código Florestal.
- Permite a compensação da Reserva Legal dentro de unidades de conservação, pendente de regularização fundiária.

1 Impactos do Código Florestal

O Código Florestal Brasileiro foi instituído no País há mais de sete décadas com a finalidade básica de normatizar a proteção e o uso das florestas, dos solos e das águas.

Ao longo do tempo, as regras ambientais vem sofrendo modificações, porém, em dissonância com a realidade do meio rural e reflexos diretos na atividade agropecuária.

1.1 Políticas públicas de desenvolvimento agrário adotadas no Brasil, no passado, estimularam ocupações de terras e financiaram o desmatamento

Foi na era Vargas que nasceu o primeiro Código Florestal Brasileiro, em 1934. Desde então, a legislação sofreu muitas modificações e acabou não se consolidando como uma ferramenta capaz de estabelecer o equilíbrio entre os preceitos ambientais, sociais e econômicos.

As alterações ocorridas, especialmente entre as décadas de 1980 e 1990, não consideraram o histórico e a cultura de ocupação de terras no Brasil. Os agricultores, que antes eram incentivados a desbravar áreas para produzir, passaram a ter dificuldades em desenvolver suas atividades.

Essas mudanças nas regras “no meio do jogo”, em especial ligadas às áreas consideradas de preservação permanente e de Reserva Legal, acarretaram enorme insegurança jurídica e retiraram a tranquilidade do agricultor. O segundo Código Florestal Brasileiro, instituído por meio da Lei Federal 4.771/65, definia, por exemplo, a área da mata ciliar em, no mínimo, cinco metros. Essa medida foi alterada para 30 metros pela Lei Federal 7.511/86. **Dessa forma, criou-se um impasse difícil de resolver entre as novas exigências legais e o uso consolidado da terra.**

Em vários momentos, o governo brasileiro estimulou a expansão da fronteira agrícola no País, com a agricultura assumindo um papel fundamental no desenvolvimento nacional. A partir de 1945, coube ao

setor dar sustentação às políticas de autossuficiência alimentar do País. Assumiu também importância como fornecedora de matérias-primas à crescente industrialização. À época, iniciou-se um fluxo de financiamento externo nas cadeias agropecuárias e instituiu-se o crédito rural como meio essencial para o fomento à modernização da produção. **Desde então, não faltaram programas oficiais voltados à ocupação da terra no País, entre eles, o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) e o Programa de Desenvolvimento do Cerrado (Polocentro), ambos da década de 1970.**

No governo do presidente João Figueiredo (1979 a 1985), o uso do solo para a agricultura foi incentivado pela campanha “Plante que o João garante”.

Vale especial menção ao programa Pró-várzeas, do governo federal, iniciado na década de 1970 e que espelhava-se no modelo europeu de agricul-

tura. Foram direcionados recursos subsidiados à sistematização e drenagem de áreas. O desenvolvimento da rizicultura no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina ocorreu por conta desses subsídios. São áreas hoje consideradas como de preservação permanente, embora o próprio governo federal tenha incentivado a ocupação econômica delas.

Lembramos ainda que boa parte da produção de alimentos do Brasil encontra-se no Bioma da Mata

Em vários momentos, o governo federal incentivou a ocupação e o desmatamento da terra. As mudanças ocorridas na lei florestal não consideraram isso

Atlântica, cuja colonização ocorreu a partir do descobrimento do Brasil, e no Bioma Cerrado (Centro-Oeste), de incorporação recente, com 27 milhões de hectares no primeiro e 22 milhões de hectares no segundo.

O que a agricultura espera com a proposta de reforma do Código Florestal é a construção de normas mais justas ao agricultor e que leve em conta o histórico do desenvolvimento territorial, a sustentabilidade ambiental e as necessidades atuais e futuras das populações.

Figura 1. Áreas ocupadas por vegetação natural nos biomas brasileiros (em porcentagem)

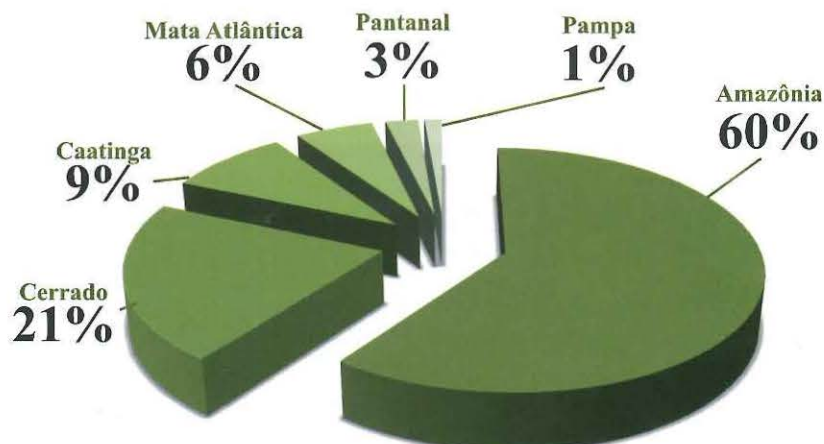
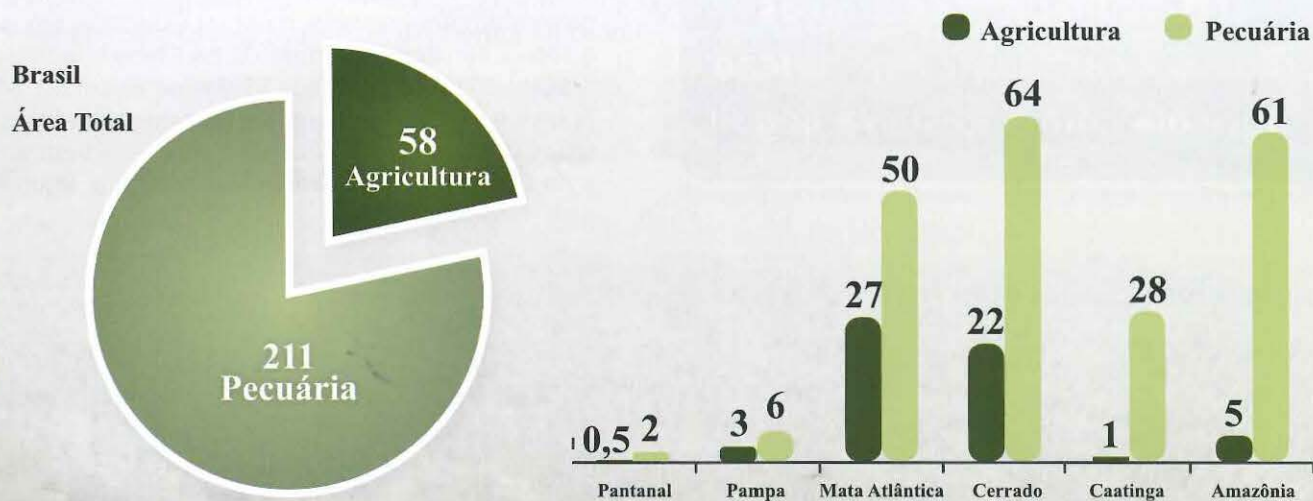


Figura 2. Áreas ocupadas por agricultura e pecuária nos biomas brasileiros (milhões de ha)



1.2 Excesso de restrições compromete a produção

O foco desproporcional na preservação ambiental representa uma segunda razão para a não consolidação do atual Código Florestal Brasileiro.

O Brasil é um dos poucos países do mundo em cuja legislação existe a figura da Reserva Legal, fazendo com que o agricultor renuncie espontaneamente à produção de alimentos ou matérias-primas nessas áreas.

Países com grande peso na produção agrícola e florestal adotaram medidas menos restritivas que o Brasil. No código florestal alemão, por exemplo, preconizou-se o uso econômico, ambiental e social das florestas.

O Brasil possui a maior cobertura florestal do mundo, com 471,2 milhões de hectares, o equivalente a 56% do território nacional. Esse índice é ainda maior, 63%, ao se considerar todas as formas de vegetação natural conservadas no País.

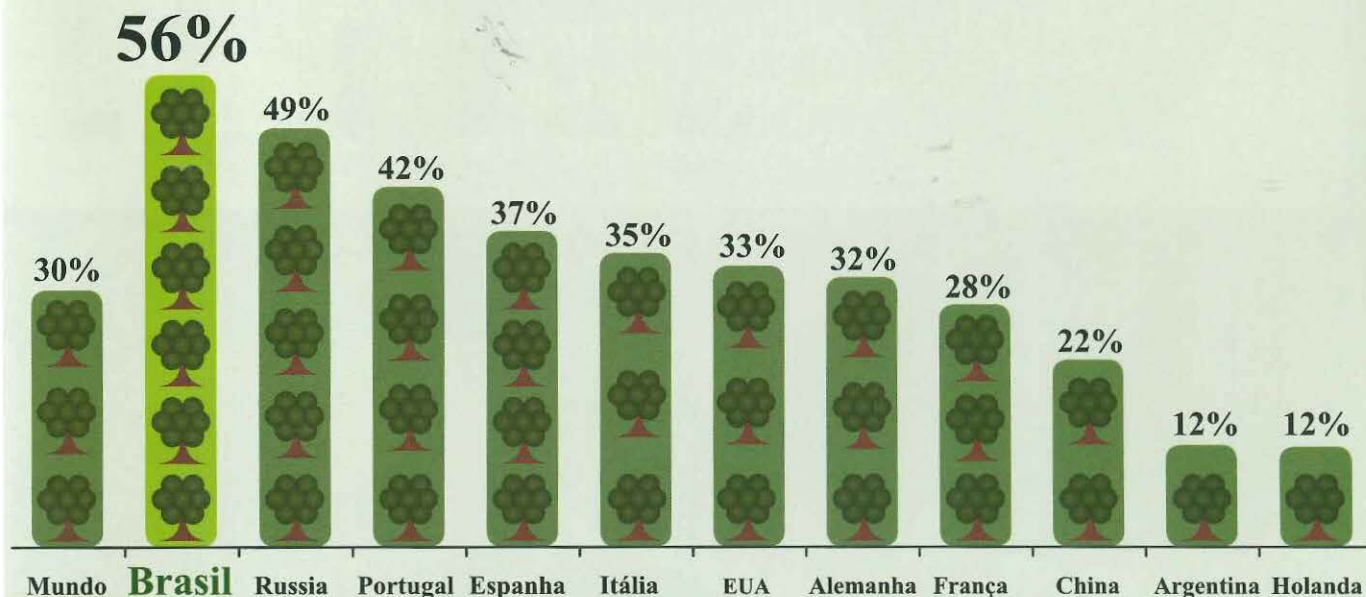
O Brasil é um dos poucos países a restringir a produção agrícola com a Reserva Legal

A maior cobertura florestal do mundo está no Brasil

Em outros países com relevância na produção agropecuária, a cobertura florestal é significativamente menor: na China é de 22%; na França de 28%; na Alemanha de 32%; nos EUA de 33%; e na Rússia de 49% (Figura 3). Neles, além de não existir a figura jurídica da Reserva Legal é, em muitos casos, permitido o uso econômico das áreas que, no Brasil, são consideradas como Áreas de Preservação Permanente (APPs).

O Brasil se destaca não só pela grande extensão de áreas preservadas, como também por ser um dos países que menos ocupa a terra para uso agrícola e pecuário, entre os principais produtores de alimentos do mundo. Aqui, esse percentual é de 31% em relação a todo o território nacional. Já na China o índice chega a 59%; 57% na Espanha; 55,9% na Holanda; 54% na França e 49% na Alemanha e na Argentina. Itália e Estados Unidos também ocupam uma área bem superior a do Brasil para o uso agrícola e pecuário. (Figura 4).

Figura 3. Percentual da **cobertura florestal** nos principais países produtores de alimentos do mundo



Fonte: The Little Green Data Book, 2010 – The World Bank.



BRASIL

Área ocupada por
vegetação natural

63%

535 milhões de ha

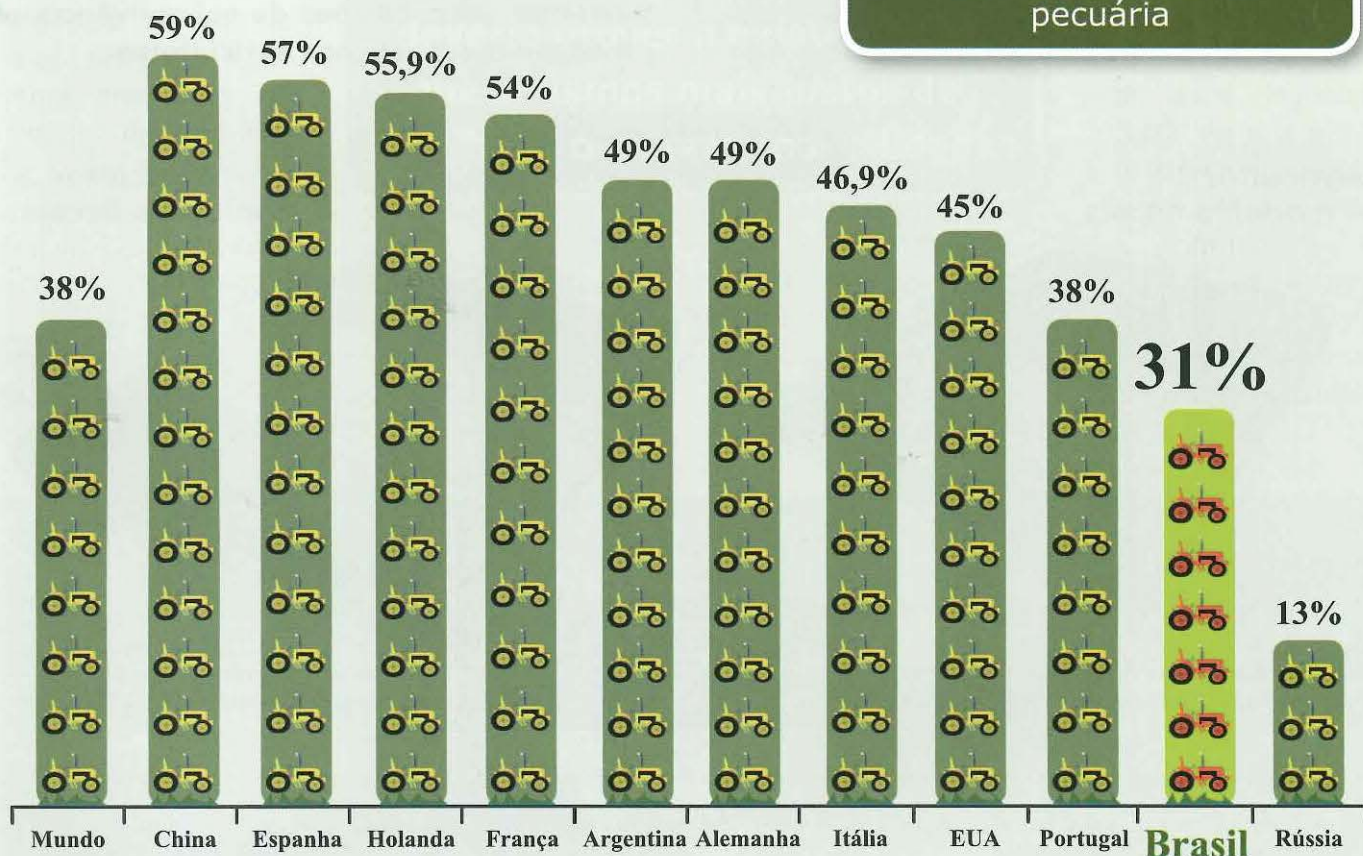
Área ocupada pelo
cultivo agrícola e pela
atividade pecuária

31%

58 milhões de ha
agricultura

211 milhões de ha
pecuária

Figura 4. Percentual do **uso agrícola e pecuário** da terra nos principais países produtores de alimentos do mundo



Fonte: The Little Green Data Book, 2010 – The World Bank.

1.3 Reserva Legal pode inviabilizar a pequena propriedade

A Reserva Legal tem grande influência na renda da propriedade rural e pode inviabilizá-la economicamente, impactando principalmente nos pequenos agricultores. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 30/ 2011, em tramitação no Senado, tenta corrigir esse problema, por permitir que a Reserva Legal seja constituída com a vegetação nativa existente em 22 de julho de 2008 para propriedades rurais com até 4 módulos fiscais. Entretanto, essa regra pode ainda ser injusta com muitos agricultores. Essa distorção é mais fácil de entender através de um exemplo.

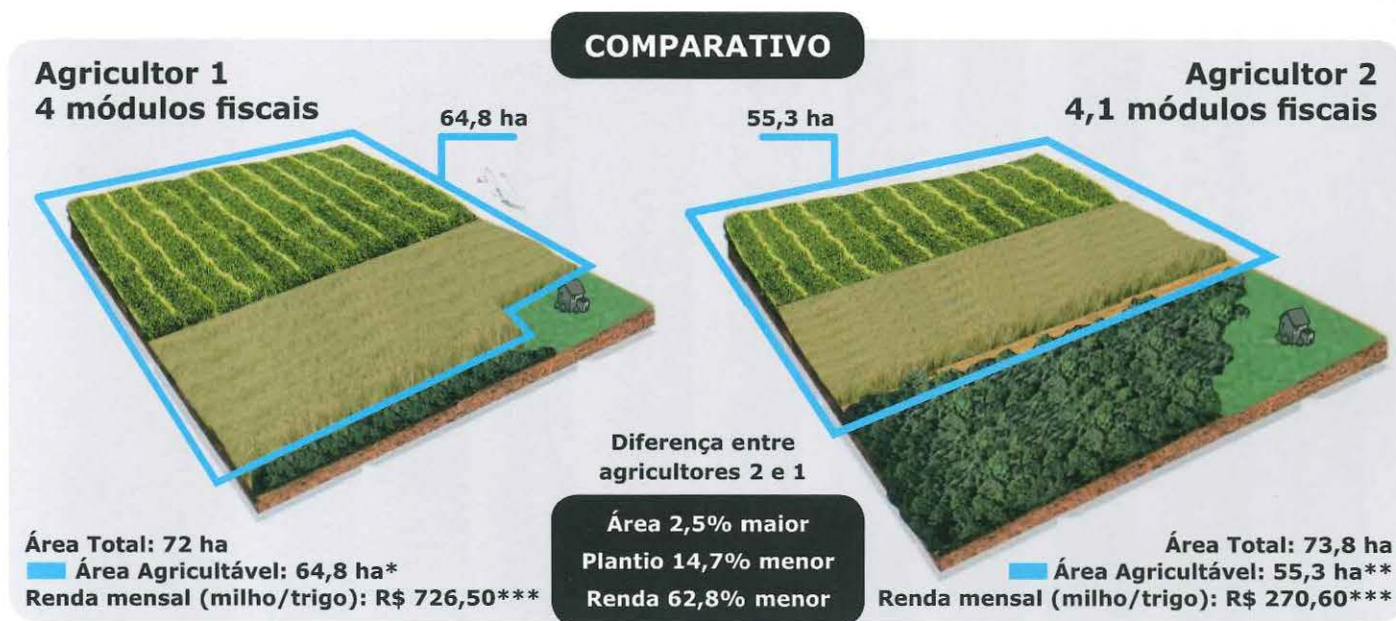
Tomemos um agricultor com uma área total de 72 hectares, equivalente a média de 4 módulos fiscais no Estado do Paraná. Considerando áreas com infraestrutura, benfeitorias e vegetação natural, esse produtor terá uma área agricultável de 64,8 hectares, o que permite uma renda mensal de R\$ 726,70 com a produção de milho e trigo.

Outro agricultor com uma propriedade rural em condições semelhantes, mas com uma área

de 4,1 módulos fiscais, o equivalente a 73,8 hectares, teria uma área agricultável reduzida para 55,3 hectares, uma vez que dele será exigida a manutenção da Reserva Legal em 20% da área total da propriedade, já que ela excede os quatro módulos. Dessa forma, sua renda somaria apenas R\$ 270,60 ao mês. Ou seja:

Um agricultor com uma propriedade rural com área 2,5% superior aos 4 módulos fiscais teria sua possibilidade de renda diminuída em 62,8%, com relação ao agricultor com uma área de 4 módulos fiscais.

Entendemos ser mais justo exigir dos agricultores com propriedades com mais de quatro módulos fiscais o restabelecimento da Reserva Legal somente na área excedente. Esse procedimento representaria um tratamento equânime e isonômico entre todas as propriedades rurais e preservará, principalmente, as condições de sobrevivência na atividade dos pequenos agricultores.



* Considerando uma área com benfeitorias e infraestrutura de 5% da propriedade; vegetação natural de 5% da propriedade, sem a obrigatoriedade de recuperar a Reserva Legal, conforme o PLC 30/2011

** Considerando uma área com benfeitorias e infraestrutura de 5% da propriedade; vegetação natural de 5% da propriedade e o cômputo da APP na Reserva Legal de 20% na propriedade, conforme o PLC 30/2011

*** Custo de produção Conab base Londrina: Milho verão (maio 2010) e Trigo (janeiro 2011)

1.4 Responsabilidade coletiva

"Toda sociedade tem o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, sendo imposto à coletividade o dever de preservá-lo"

(Constituição Federal, art. 225).

O Código Florestal vigente prevê em seu artigo primeiro que as florestas e demais formas de vegetação natural são bens de interesse de todos os habitantes do País. Mas o que percebemos, na realidade, é que está ocorrendo a transferência de uma fatia desproporcional da responsabilidade pela preservação da natureza ao setor privado rural.

Isso porque, no Brasil, as áreas públicas são menos representativas do que as áreas privadas legalmente protegidas. As unidades de conservação (UCs) e terras indígenas cobrem uma área de 175 milhões de hectares, perfazendo 21% do território nacional.

Já as áreas de Reserva Legal (RL) e as de preservação permanente (APPs)¹, previstas no Código atual, demandam uma área de 336 milhões de hectares (236 milhões de ha para RL e 100

milhões de ha para APPs). Essa área representa 39,6% do território nacional, portanto, bastante superior às áreas públicas protegidas.

De acordo com estudo publicado na revista Environmental Science Technology, a área exigida para Reserva Legal no Brasil

equivale a mais que o dobro da área de agricultura nos 27 países da União Europeia.

Assim, o nível de conservação requerido pela atual legislação florestal deveria prever a existência de mecanismos mais justos de distribuição de

responsabilidades, já que os benefícios são para todos, incluindo a população urbana. E, para os agricultores que fazem a sua parte, deveriam ser criados mecanismos compensatórios, como o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA).

O nível de conservação requerido pela atual legislação florestal deveria prever a existência de mecanismos mais justos de distribuição de responsabilidades



¹ BwaldG

1.5 Segurança Alimentar – O mundo precisa do Brasil

A população mundial está crescendo, especialmente em países como a China e a Índia, onde se encontram as maiores concentrações de pessoas. Assim, um dos grandes desafios da atualidade é assegurar alimentos para todos. Estudo realizado pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura (FAO) prevê que, até 2050, o mundo atingirá 9,1 bilhões de habitantes.

Em torno de 70% dessa população deverá residir em áreas urbanas. Estima-se que a demanda por cereais para a nutrição humana e animal alcance três bilhões de toneladas. Por isso, será necessário aumentar em mais de 70% a produção de alimentos.

Para produzi-los, serão fundamentais, sobretudo, investimentos no aumento da área e dos rendimentos da agricultura. Mas muitos países já atingiram o limite de expansão de áreas para a agricultura. A Alemanha e França, por exemplo, já iniciaram um processo de diminuição da área agrícola devido à demanda de terras para as cidades e infraestrutura.

Segundo a FAO, até 2050, haverá ampliação de

70 milhões de hectares das terras cultivadas, sendo que haveria a expansão de 120 milhões de hectares nos países em desenvolvimento e redução de 50 milhões de hectares das terras cultivadas em favor de outros usos nos países

desenvolvidos. Nesse contexto, o Brasil é visto internacionalmente como uma peça fundamental para garantir a segurança alimentar mundial.

Ele é um dos poucos países que pode ampliar a produção de alimentos pelo aumento de produtividade e

de área, mantendo suas reservas naturais. **A estimativa é de que o cultivo de grãos, como arroz, feijão, milho, soja e trigo, deva aumentar 23% até 2021, com expansão de apenas 9,5% da área plantada. Até 2021, a área total plantada somente com lavouras deve chegar a 68 milhões de hectares.** Os dados são do estudo "Brasil Projeções do Agronegócio 2010/2011 a 2020/2021", publicado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e que prevê também o aumento significativo de 20% na produção de leite e de 26% na produção de carne para atender as

**O Brasil é visto
internacionalmente como uma
peça fundamental para garantir
a segurança alimentar mundial**



necessidades de consumo interno e externo de alimentos.

O relatório mostra ainda que a agricultura terá cada vez mais destaque nas exportações brasileiras. As projeções apontam a tendência de crescimento do volume exportado dos principais produtos agropecuários nacionais, como soja, açúcar, café milho e carnes. O relatório estima que a exportação de soja em grão suba para 40,7 milhões de toneladas em dez anos, com ampliação de 2% ao ano da área de cultivo. Esse grão também

terá forte participação no comércio mundial, com 33% do produto vendido no mercado externo. Já o consumo interno da soja vai saltar de 38 milhões de toneladas, registradas no ano passado, para 46 milhões de toneladas em uma década.

A carne de frango deve ser um dos destaques nas exportações brasileiras na próxima década. Os embarques do produto devem crescer 33,7% até 2021. Os brasileiros também passarão a consumir mais carne de frango. Pelo menos 11 milhões de toneladas do produto serão destinadas ao mercado interno, que atualmente absorve 8 milhões de toneladas do produto.

De acordo com outro estudo da FAO, publicado no mês de junho, ainda em 2011, o Brasil poderá ocupar o posto de maior exportador de

frango do mundo, com os embarques superando a marca de 4 milhões de toneladas, o que representa um terço do comércio global, superando os Estados Unidos, cujas vendas externas estão em queda.

A carne de frango deve ser um dos destaques nas exportações brasileiras na próxima década. Os embarques do produto devem crescer 33,7% até 2021

Desde 2004, o País é considerado o maior exportador de carne bovina do mundo, em volume. Segundo a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), em 2010, o país comercializou 1,8 milhão de toneladas, ou seja, 25% das vendas mundiais.



Foto: AEN

"Se você perguntar qual produtor agrícola vai ser mais importante nos próximos 40 anos, a resposta seria provavelmente: alguém que aumentou muito a sua produção e parece capaz de continuar aumentando; alguém que possui reservas de água e de terras; alguém que seja capaz de manter um grande rebanho bovino; alguém que seja produtivo sem subsídios estatais massivos, e talvez alguém com disponibilidade de savanas... Em outras palavras, você estaria descrevendo o produtor do Brasil."

(The Economist – The miracle of the Cerrado, 26 de agosto de 2010)



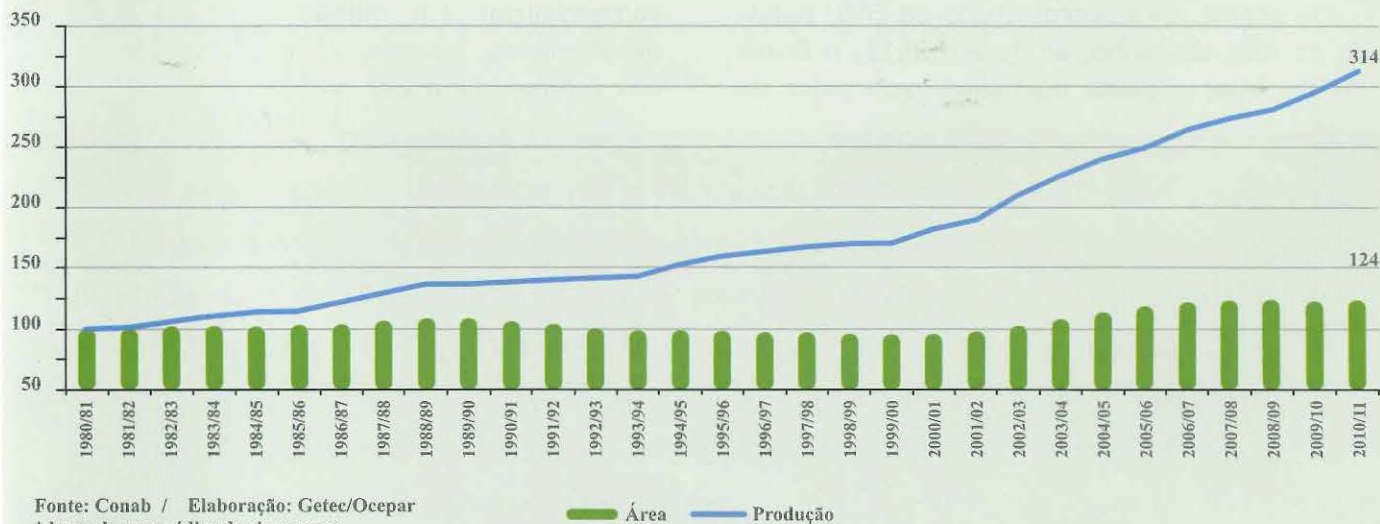
1.6 Produção agropecuária no Brasil

Somando as áreas destinadas à agricultura e à pecuária, o Brasil possui 267 milhões de hectares ocupados. Desse total, aproximadamente 211 milhões de hectares são de utilização para pecuária, dos quais 47% são pastagens degradadas. A pecuária brasileira atingiu um elevado nível de importância, sendo um dos sustentáculos da nossa balança comercial. A recuperação das pastagens degradadas certamente será uma alternativa para a expansão da produção agropecuária, da agricultura e da silvicultura. Em especial, ainda há espaço para o crescimento da criação extensiva de gado no Brasil através da melhoria da qualidade de pastos e da sua lotação. Portan-

to, é improvável que essa expansão ocorra em novas áreas.

A agricultura brasileira teve incrementos consideráveis de produção nas últimas décadas. Em 1981, por exemplo, o Brasil produzia 52 milhões de toneladas de grãos. Na última safra, o país registrou uma produção histórica de 161,5 milhões de toneladas, ou seja, 214% a mais do que se registrava há 30 anos. Já as áreas cultivadas tiveram incremento de apenas 25%, o que demonstra que **o aumento na produção deve-se, sobretudo, à adoção de tecnologias de produção no campo. A produtividade do setor de grãos no Brasil aumentou 150%.** (Figura 5)

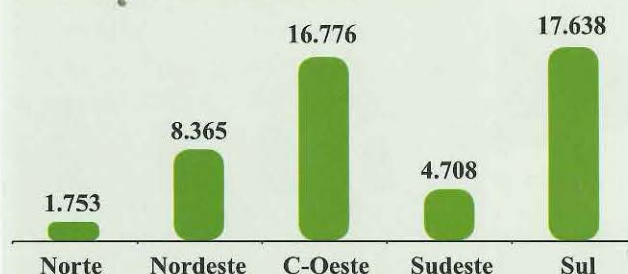
Figura 5 – Índice de incremento em área e produção no Brasil nos últimos 30 anos*.



Considerando somente a área com grãos, a produção brasileira ocupa aproximadamente 49 milhões de hectares. Praticamente 79,4% dessa área está concentrada nos estados da região Centro-Sul. Embora essas regiões tenham características diferentes, todas possuem uma elevada importância na produção de alimentos: na safra 2010/11 foram responsáveis por 87% da produção nacional

Se essas regiões tiverem que implantar todas as exigências do Código Florestal, haveria uma grande baixa na produção de grãos do país. A permissão para continuar produzindo nessa região é uma questão de sobrevivência de milhões de famílias.

Figura 6 - Área cultivada com grãos e cereais nas regiões brasileiras (mil de hectares)



Fonte: Conab Elaboração: Getec/Ocepar

BRASIL

Evolução da Agricultura nos últimos 30 anos

Expansão da Área Agrícola

25%

Aumento da Produção

214%

Incremento da Produtividade

150%



Riquezas

A agricultura também é responsável pela geração de riquezas para a sociedade. Ela movimenta uma importante parcela da economia brasileira, gera emprego e renda tanto no campo como na cidade. Cerca de ¼ do PIB brasileiro tem origem no campo.

Possui ainda importância econômica estratégica para o país pois há muitos anos proporciona grande suporte à nossa balança comercial. Em 2010, por exemplo, o agronegócio teve um superávit de US\$ 63,1 bilhões, ao passo que os

outros setores apresentaram um déficit de US\$ 42,8 bilhões. Assim, o agronegócio foi o responsável pela manutenção de um saldo comercial de US\$ 20,3 bilhões (Figura 7).

O agronegócio brasileiro é responsável pela manutenção de uma balança comercial superavitária.

Figura 7 - Saldo Comercial do Agronegócio e dos demais setores da economia brasileira (bilhões de dólares)



Fonte: Fonte: AgroStat Brasil/ SECEX/MDIC Elaboração: Getec/Ocepar

1.7 Agricultura Sustentável

Nas negociações mundiais para minimizar os impactos nas mudanças climáticas, o Brasil estabeleceu ações voluntárias para reduzir a emissão de poluentes em cerca de 1 bilhão de toneladas de CO₂ equivalentes.

O governo brasileiro estruturou um Plano de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas. O segmento agropecuário será o único a contribuir para o alcance da meta voluntária nacional divulgada na COP-15 (Conferência Mundial de Mudanças Climáticas - Copenhague, 2009).

Em 2010, foi criado o Programa Agricultura de Baixo Carbono (ABC), que incentiva a prática de uma agricultura sustentável para reduzir o aquecimento global e a liberação de carbono na atmosfera. As metas têm por base as reduções de emissões até o ano de 2020. Para atingi-las, serão incentivadas a adoção de processos tecnológicos nas áreas descritas a seguir:

Sistema de Plantio na Palha

O objetivo é ampliar em oito milhões de hectares a área de cultivo em sistema de plantio direto no Brasil, passando dos atuais 25 milhões de hectares para 33 milhões de hectares. Esse acréscimo permitirá a redução da emissão de 16 a 20 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes.

O uso da semeadura direta sobre a palha da cultura anterior dispensa o revolvimento do solo, evita a erosão, proporciona maior eficiência no uso de água, aumenta a produtividade e diminui despesas com maquinários e combustível.

Ampliar

8

milhões de ha

Reduzir

16 a 20

milhões de toneladas de
CO₂ equivalentes

Recuperar
3 milhões de ha

Recuperar
15 milhões de ha
Reduzir
83 a 104 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes

Plantio de Florestas

O foco é aumentar a área de seis milhões de hectares para nove milhões de hectares. O plantio de florestas comerciais proporciona uma renda futura para o agricultor e aumenta a fixação de carbono no campo.

Integração Lavoura Pecuária

A meta é aumentar a utilização do sistema em quatro milhões de hectares e evitar que entre 18 e 22 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes sejam liberadas para a atmosfera. O sistema busca alternar pastagem com agricultura e floresta em uma mesma área. Isso recupera o solo, incrementa a renda e gera empregos.

Recuperar
4 milhões de ha
Reduzir
18 a 22 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes

Recuperação de Pastagens Degradadas

O objetivo é recuperar 15 milhões de hectares e reduzir entre 83 e 104 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes. A meta visa transformar as terras degradadas de pastagens em áreas produtivas para a produção de alimentos, fibras, carne e florestas.

Fixação Biológica de Nitrogênio

O programa ABC pretende incrementar o método na produção de 5,5 milhões de hectares e reduzir a emissão de 10 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes.

A técnica visa desenvolver microorganismos/bactérias para captar o nitrogênio existente no ar e transformá-lo em matéria orgânica para as culturas em substituição de fertilizantes químicos, o que permite a redução do custo de produção e melhora a fertilidade do solo.

Ampliar
5,5 milhões de ha
Reduzir
10 milhões de toneladas de CO₂ equivalentes

Tratamento de Dejetos

O objetivo é ampliar o uso de tecnologias para o tratamento de 4,4 milhões de metros cúbicos de dejetos animais. O tratamento adequado dos efluentes e dejetos de animais contribui para a redução da emissão de metano. O processo de biodigestão, além de equalizar um problema ambiental, possibilitará a geração de renda aos agricultores, seja pela venda dos compostos orgânicos ou pela geração de energia (térmica ou elétrica) proveniente do biogás.

Ampliar
4,4 milhões de m³

2 Novo Código Florestal - PLC 30/2011

As regras do Código Florestal vigentes no País foram estabelecidas pela Lei Federal nº 4.771/65. A Câmara dos Deputados aprovou, em maio deste ano, a proposta de uma nova legislação, com mudanças significativas, que agora tramita no Senado Federal como Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30/2011.

No intuito de esclarecer as alterações

aprovadas na Câmara e para substantiar novas propostas, **apresentamos um comparativo entre os principais pontos do PLC 30/2011 e a atual legislação.** A análise é subdividida nos seguintes temas: Conceitos, Área de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal (RL), Regularização Ambiental e outros instrumentos.

2.1 Conceitos

Área Rural Consolidada (art. 3º, III)



PLC 30/2011

Mudanças
propostas

A Área Rural Consolidada, juntamente com o uso de critérios técnicos de conservação que determinarão sua manutenção, são os principais pontos de inovação no Projeto do Novo Código Florestal.

Este conceito prevê a possibilidade de manutenção do uso da área do imóvel rural com ocupação antrópica pré-existente a 22 de junho de 2008 com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvopastoris. A utilização da área só terá garantia de uso com a participação no Programa de Regularização Ambiental (PRA), devendo atender critérios técnicos de conservação de solo e água.

Lei 4.771/65

Como é hoje

Este conceito não é previsto, fato que vem impedindo a adoção de critérios técnicos para tratamento diferenciado de áreas já ocupadas com atividades agrícolas e o monitoramento destas áreas.

² **Antrópica:** Área onde houve atuação e modificação pela ação humana.

³ **Lei de Agricultura Familiar:** considera aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I. não detenha área maior do que 4 módulos fiscais; II. utilize predominantemente mão-de-obra da própria família; III. tenha renda familiar predominantemente originada de atividades rurais; IV. dirija seu estabelecimento com sua família.

CONCEITO DE PEQUENA PROPRIEDADE FAMILIAR (art. 3º, IX)

PLC 30/2011

Mudanças
propostas

Padroniza o conceito já existente, adotando definição contida na Lei da Agricultura Familiar (Lei Federal no 11.326/06).

Lei 4.771/65

Como é hoje

Aquela explorada mediante o trabalho pessoal do proprietário e de sua família, admitindo a ajuda eventual de terceiros e cuja renda bruta seja proveniente, no mínimo, em 80% da atividade agroflorestal ou do extrativismo e limita a área (150ha, 50ha e 30ha) dependendo da região⁴.

Na Lei de Mata Atlântica⁵ o pequeno produtor rural é definido como aquele que, residindo na zona rural, detenha a posse de gleba rural não superior a 50 (cinquenta) hectares, explorando-a mediante o trabalho pessoal e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, bem como as posses coletivas de terra, considerando-se a fração individual não superior a 50 (cinquenta) hectares, cuja renda bruta seja proveniente de atividades ou usos agrícolas, pecuários ou silviculturais ou do extrativismo rural em 80% (oitenta por cento), no mínimo.

2.2. Área de Preservação Permanente (APP)

A Área de Preservação Permanente (APP) é o apontamento de um conjunto de áreas frágeis que

necessitam de cuidados, a fim de proteção dos recursos hídricos, do solo e da biodiversidade.

APP EM CURSO DE ÁGUA (art. 4º, I)

PLC 30/2011

Mudanças
propostas

Mantém as mesmas dimensões para as Áreas de Preservação Permanente⁶ (APPs) e mencionam os cursos d'água "naturais" como destinatários de tal obrigação. Como critério de demarcação das APPs, passa a utilizar o critério de leito regular, estabelecendo de forma objetiva e segura a identificação do leito normal do córrego, facilitando a demarcação da mata ciliar dos rios.

Lei 4.771/65

Como é hoje

Não faz menção expressa a cursos d'água "naturais", o que pode conduzir à interpretação de que as APPs também seriam exigíveis em cursos d'água "artificiais". Quanto ao critério de demarcação das APPs utiliza o ponto mais alto do leito do curso d'água, definido em sua cheia sazonal.

⁴ Limite regional da área para Agricultura Familiar:

- a) 150 ha se localizada nos Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá e Mato Grosso e nas regiões situadas ao norte do paralelo 13° S, dos Estados de Tocantins e Goiás, e ao oeste do meridiano de 44° W, do Estado do Maranhão ou no Pantanal mato-grossense ou sul-mato-grossense;
- b) 50 ha, se localizada no polígono das secas ou a leste do Meridiano de 44° W, do Estado do Maranhão; e
- c) 30 ha, se localizada em qualquer outra região do País;

⁵ Lei da Mata Atlântica: dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

⁶ Dimensões das Áreas de Preservação Permanente:

- 30m para os cursos d'água de menos de 10m de largura;
- 50m para os cursos d'água que tenham de 10m a 50m de largura;
- 100m para os cursos d'água que tenham de 50m a 200m de largura;
- 200m para os cursos d'água que tenham de 200m a 600m de largura;
- 500m para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 metros;

⁷ Leito regular: calha por onde correm regularmente as águas do curso d'água durante o ano.

APP EM TOPO DE MORRO (art. 4º, VIII)

PLC 30/2011
Mudanças
propostas

Permanece inserida na lista de Área de Preservação Permanente, porém com um conceito mais fácil de aplicação e com possibilidade de manutenção de atividade consolidada.

Lei 4.771/65
Como é hoje

O tema é tratado pelo Conama (Resolução no 303/02) com regras de aplicabilidade mais complicadas e restritivas. É definida como áreas delimitadas a partir da curva de nível correspondente a dois terços da altura mínima da elevação em relação à base.

APP EM VÁRZEAS (art. 4º, § 3º)

PLC 30/2011
Mudanças
propostas

A várzea não é considerada como APP, quando fora da faixa marginal de qualquer curso d'água. No entanto, o Poder Público poderá dispor ao contrário.

Lei 4.771/65
Como é hoje

Não prevê tal mecanismo dando ensejo à interpretação que considera toda extensão de várzeas como APP.

APP DE ACUMULAÇÕES DE ÁGUA (art. 4º, § 4º)

PLC 30/2011
Mudanças
propostas

As acumulações de água com área de até um hectare ficam dispensadas de manterem APP em seu entorno.

Lei 4.771/65
Como é hoje

Não contém tal dispositivo, exigindo APP, independentemente da área.

APP EM PLANTIO DE VAZANTE (art. 4º, § 5º)

PLC 30/2011
Mudanças
propostas

Na proposta, é admitido o plantio de vazante⁸ de culturas temporárias e sazonais de ciclo curto, desde que não implique supressão de novas áreas de vegetação nativa e seja conservada a qualidade da água.

Lei 4.771/65
Como é hoje

Não contém tal dispositivo, sendo considerada ilegal a realização de atividades em tais locais.

⁸ **plantio de vazante:** é um sistema tradicional de cultivo em faixas de terras situadas às margens dos açudes, barra-gens, lagoas e leitos dos rios, que são cobertos pelas águas durante o período chuvoso e descobertas durante a época seca.

PROTEÇÃO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (art. 7º)

PLC 30/2011
Mudanças
propostas

Traz, de forma clara e objetiva, dispositivos quanto à obrigação da proteção da APP. Devendo o proprietário da área manter a vegetação e promover a sua recomposição, ressalvados os usos autorizados. A obrigação da proteção é transmitida ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural. No caso de supressão não autorizada, posterior a 22 de julho de 2008, é vedada a concessão de novas autorizações de supressão, enquanto não recomposta a APP.

Lei 4.771/65
Como é hoje

Não consta previsão clara e objetiva quanto a este item.

INTERVENÇÃO OU SUPRESSÃO DA APP E MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES CONSOLIDADAS (art. 8º com redação da Emenda 164)



PLC 30/2011
Mudanças
propostas

As atividades assim entendidas por consolidadas poderão ser admitidas nos casos de utilidade pública, interesse social, ou baixo impacto ambiental, definidas em Lei. Também entram no conceito as atividades agrossilvopastoris, ecoturismo e turismo rural. No entanto, tais atividades, deverão ser informadas no Cadastro Ambiental Rural (CAR) para fins de seu monitoramento e adoção de técnicas de conservação do solo e água. O texto do projeto de lei veda a expansão das áreas ocupadas e determina a recuperação do local nos casos de áreas de risco e nos casos em que haja recomendação técnica do Programa de Regularização Ambiental (PRA).

Lei 4.771/65
Como é hoje

A supressão é permitida nos casos de utilidade pública ou interesse social, com autorização prévia do Poder Executivo Federal ou no caso de baixo impacto ambiental, com autorização do órgão ambiental. Quanto às áreas consolidadas, não há previsão, o que na prática inviabiliza a atribuição de tratamento diferenciado para áreas já ocupadas com atividade agrícola.



ÁREA CONSOLIDADA EM APP DE DECLIVE E ALTITUDE (art. 10)

DESTAQUE

PLC 30/2011

Mudanças
propostas

As chapadas, topos de morros e altitudes superiores a 1.800 metros continuam protegidas como sendo Áreas de Preservação Permanente. No entanto, será admitida a manutenção de atividades florestais, cultura de espécies lenhosas (perenes ou de ciclo longo), pastoreio extensivo e a infraestrutura associada ao desenvolvimento destas atividades, desde que não implique na conversão de novas áreas para uso alternativo do solo e que sejam adotadas práticas conservacionistas do solo e água.

Lei 4.771/65

Como é hoje

Não consta essa previsão, o que na prática inviabiliza a atribuição de tratamento diferenciado para as atividades já desenvolvidas nestes locais, bem como não leva em conta critérios técnicos para o uso e conservação destas áreas.

ÁREAS COM INCLINAÇÃO ENTRE 25° e 45° (art. 12)

PLC 30/2011

Mudanças
propostas

Não é permitida a supressão de vegetação em tais locais, mas é admitido o manejo florestal sustentável, a manutenção de culturas de espécie lenhosa e atividades silviculturais. Nestas áreas também serão admitidas a manutenção de outras atividades agrossilvopastoris, desde que adotadas práticas conservacionistas do solo e das águas, não estejam localizadas em áreas de risco e fique proibida sua expansão.

Lei 4.771/65

Como é hoje

Estas áreas não são enquadradas como APPs. A lei somente restringe o corte das florestas, admitindo-se a exploração de toros, quando em regime de utilização racional. A realização de outras atividades é vedada, pois não há previsão específica.

2.3 Reserva Legal

Reserva Legal é a área localizada no interior de uma propriedade com a função de assegurar o uso

econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural e a conservação da biodiversidade.



RESERVA LEGAL NA AMAZÔNIA LEGAL (art. 13, § 4º)

PLC 30/2011

Mudanças
propostas

Os percentuais da Reserva Legal na Amazônia Legal permanecem inalterados em 80% (nas áreas de floresta) e 35% (nas áreas de cerrado) e esclarece a possibilidade de manter 20% quando situado em área de campos gerais. Também dá ao Poder Público o poder de reduzir a Reserva Legal na Amazônia Legal para até 50%, para fins de recomposição, quando o Município tiver mais de 50% de sua área ocupada com unidades de conservação ou terras indígenas demarcadas.

Lei 4.771/65

Como é hoje

Os percentuais da Reserva Legal na Amazônia Legal são de 80% quando situados em área de floresta e 35% quando situado em área de cerrado. O Poder Executivo, se for indicado pelo Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE e pelo Zoneamento Agrícola, poderá reduzir a Reserva Legal para até 50%, para fins de recomposição.

RESERVA LEGAL EM EMPREENDIMENTOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E EXPLORAÇÃO DE POTENCIAL DE ENERGIA HIDRÁULICA (art. 13, §§ 5º e 6º)

PLC 30/2011

Mudanças
propostas

Não será exigida a Reserva Legal em tais atividades.

Lei 4.771/65

Como é hoje

Não consta previsão nesse sentido.

RESERVA LEGAL EM PROPRIEDADES RURAIS DE ATÉ 4 MÓDULOS FISCAIS (art. 13, § 7º)

PLC 30/2011

Mudanças
propostas

Nas propriedades rurais com até 4 módulos fiscais, que possuam remanescentes de vegetação nativa em percentuais inferiores ao previsto na Lei (20%, 35% ou 80%, dependendo da localização do imóvel), a Reserva legal será constituída com a vegetação nativa existente em 22 de julho de 2008, vedado o desmatamento desta vegetação para uso alternativo do solo.

Lei 4.771/65

Como é hoje

Não consta previsão nesse sentido.

DESTAQUE

ZONEAMENTO ECOLÓGICO ECONÔMICO (art. 14)

PLC 30/2011

Mudanças
propostas

O texto prevê a possibilidade de se permitir uma redução da Reserva Legal nos imóveis situados na Amazônia Legal para fins de regularização de áreas consolidadas.

Lei 4.771/65

Como é hoje

Permite a redução para recomposição da Reserva Legal de imóveis situados na Amazônia Legal, mas não permite a regularização de área rural consolidada.

RESERVA LEGAL E MULTA (art. 15, § 2º)

PLC 30/2011

Mudanças
propostas

O protocolo da documentação exigida para análise da localização da Reserva Legal impede que o produtor seja multado em razão da não formalização da Reserva Legal.

Lei 4.771/65

Como é hoje

Não consta previsão nesse sentido.

CÔMPUTO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE NO CÁLCULO DA RESERVA LEGAL (art. 16);

DESTAQUE

PLC 30/2011

Mudanças
propostas

Permite computar a Área de Preservação Permanente no cálculo da Reserva Legal, desde que não implique na conversão de novas áreas para uso alternativo do solo. Para tanto, a área a ser computada deve estar conservada ou em processo de recuperação e o imóvel esteja no Cadastro Ambiental Rural. A área excedente não poderá ser desmatada, podendo o proprietário somente constituir servidão ambiental, cota de reserva ambiental e outros instrumentos similares previstos nesta lei.

Lei 4.771/65

Como é hoje

Embora haja previsão de algumas regras nesse sentido, a utilização da APP no cálculo da Reserva Legal somente é prevista para hipóteses restritas. Como na Amazônia Legal, quando a soma exceder a 80% da propriedade, nas demais regiões a soma exceder a 50% e na pequena propriedade familiar a soma exceder a 25%.

RESERVA LEGAL COLETIVA (art. 17);

PLC 30/2011

Mudanças
propostas

Este dispositivo menciona uma nova figura de Reserva Legal, chamada de "coletiva", muito embora não a regule diretamente.

Lei 4.771/65

Como é hoje

Não consta previsão nesse sentido, existe somente o regime de condomínio.

INSCRIÇÃO DA RESERVA LEGAL (art. 19)

PLC 30/2011

Mudanças
propostas

A área de Reserva Legal deve ser registrada junto ao órgão ambiental por meio do Cadastro Ambiental Rural (CAR), mediante a apresentação de planta e memorial contendo coordenadas geográficas com pelo menos um ponto de amarração. Este registro tem a finalidade de juntar as informações ambientais, integrando dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, combate ao desmatamento, além de outras mais.

Lei 4.771/65

Como é hoje

Determina que a área de Reserva Legal deve ser averbada na matrícula do imóvel junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente. Em razão da incidência das normas de direito registrário, exige-se o georreferenciamento de todo o perímetro do imóvel, o que aumenta custos e burocracia para o atendimento da exigência legal.

INSCRIÇÃO DA RESERVA LEGAL NA AGRICULTURA FAMILIAR (art. 19, § 2º)

PLC 30/2011

Mudanças
propostas

Para a agricultura familiar, bastará apresentação de croqui identificando a área de Reserva Legal, cabendo aos órgãos ambientais realizar a captação das coordenadas geográficas.

Lei 4.771/65

Como é hoje

Não há disposição nesse sentido, aplicando-se as mesmas regras indicadas no tópico anterior.

2.4 Regularização Ambiental

O Projeto de Lei para alteração do Código Florestal, além de tratar sobre a proteção da vegetação e uso das florestas, traz dispositivos pen-

sando tanto na regulamentação da propriedade rural que está sendo explorada, como no monitoramento e planejamento ambiental destas áreas.

CADASTRO AMBIENTAL RURAL (art. 30)

PLC 30/2011

Mudanças
propostas

Cria o Cadastro Ambiental Rural (CAR) com o objetivo de concentrar no próprio órgão ambiental, de maneira articulada e simplificada, todas as informações do imóvel relacionadas às obrigações ambientais. Integrando dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, combate ao desmatamento, além de outras mais.

Lei 4.771/65

Como é hoje

Tais informações são espalhadas entre cadastros mantidos pelos órgãos ambientais e matrículas imobiliárias mantidas pelos Cartórios de Registro de Imóveis. A aplicação da legislação registraria implica incremento de burocracia e de custos para o atendimento das obrigações da legislação ambiental.



PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL (art. 33)

PLC 30/2011

Mudanças
propostas

A União, os Estados ou o Distrito Federal devem implantar o Programa de Regularização Ambiental (PRA) com o objetivo de adequar as áreas rurais consolidadas aos termos da Lei. As regras do PRA serão definidas em regulamento. A adesão do interessado deverá ocorrer no prazo de 1 ano, contado da implementação do Cadastro Ambiental Rural. O órgão ambiental deverá convocar o proprietário para assinar Termo de Adesão e Compromisso.

Lei 4.771/65

Como é hoje

Não há disposição nesse sentido.

SUSPENSÃO DAS MULTAS (art. 33, § § 4º e 5º)

PLC 30/2011

Mudanças
propostas

A suspensão das multas relativas à Área de Preservação Permanente, Reserva Legal e áreas de uso restrito seguem a lógica de suspensão de sanções estabelecidas pelo Decreto Federal 7.029/09, que instituiu o Programa Mais Ambiente. A nova legislação prevê que durante os prazos do Programa de Regularização Ambiental (PRA) o proprietário não será autuado e ficam suspensas as sanções decorrentes de infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação em áreas de Reserva legal, Área de Preservação Permanente e áreas de uso restrito. **Cumpridas as obrigações contidas no PRA, as multas serão consideradas convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental.**

Lei 4.771/65

Como é hoje

Não há previsão nesse sentido no Código Florestal, mas existem dispositivos semelhantes de suspensão de sanções do Decreto Federal 7.029/09 que institui o Programa Mais Ambiente.

SUSPENSÃO DA PUNIBILIDADE DE CRIMES AMBIENTAIS (art. 34)

PLC 30/2011

Mudanças
propostas

A assinatura do Termo de Adesão e Compromisso suspende a punibilidade dos seguintes crimes ambientais: Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente (art. 38), cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente (art. 39) e impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação (art. 48).

Lei 4.771/65

Como é hoje

Não há previsão nesse sentido.

REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (art. 35)



PLC 30/2011
Mudanças
propostas

Em áreas rurais consolidadas às margens de cursos d'água com até 10m de largura, será admitida a manutenção de atividades agrossilvopastoris, desde que sejam recompostos, no mínimo, 15 metros de vegetação e observados critérios técnicos de conservação do solo e água.

Lei 4.771/65
Como é hoje

Não há previsão nesse sentido.

REGULARIZAÇÃO DA RESERVA LEGAL (art. 38)

PLC 30/2011
Mudanças
propostas

A regularização ambiental da Reserva Legal poderá ser feita por recomposição, compensação e regeneração natural da vegetação. Podendo ser adotado as alternativas de forma isolada ou em conjunto.

Lei 4.771/65
Como é hoje

Existem mecanismos semelhantes na legislação atual, mudando apenas os critérios e parâmetros de implantação.

REGULARIZAÇÃO DA RESERVA LEGAL POR RECOMPOSIÇÃO (art. 38, §§ 2º e 3º)



PLC 30/2011
Mudanças
propostas

A regularização da Reserva Legal por recomposição será permitida em até 20 anos, abrangendo, a cada 2 anos, no mínimo 1/10 da área total necessária. Bem como, permite que seja realizada com a utilização de espécies exóticas em até 50% da área total a ser recuperada, em plantio combinado com espécies nativas.

Lei 4.771/65
Como é hoje

Existe mecanismo semelhante no Código Florestal atual, porém com a vigência da nova legislação seria possível concluir que o prazo inicia-se novamente. Quanto à utilização de espécies exóticas somente é possível o plantio temporário como espécies pioneiras.

REGULARIZAÇÃO DA RESERVA LEGAL POR COMPENSAÇÃO (art. 38,§5º)



PLC 30/2011

Mudanças
propostas

A compensação da Reserva Legal pode ser feita por meio da aquisição de Cota de Reserva Ambiental (CRA), do arrendamento sob regime de servidão ambiental, da doação ao Poder Público de área localizada no interior de unidade de conservação de domínio público pendente de regularização fundiária ou contribuição para fundo público que tenha a mesma finalidade e da aquisição ou manutenção de outra área equivalente, desde que localizada no mesmo bioma.

Lei 4.771/65

Como é hoje

As hipóteses de Cota de Reserva Ambiental e Servidão Ambiental existem com a denominação de Cota de Reserva Florestal e Servidão Florestal e jamais foram realmente regulamentadas. A doação ao poder Público já é prevista, sendo inovador a constituição de um fundo para atender a esta finalidade. A diferença fica por conta da possibilidade do Estado criar fundos de regularização fundiária de unidade de conservação e ampliação do critério da proximidade de compensação. Atualmente o critério utilizado é microbacia hidrográfica e na sua impossibilidade pode ser feita dentro da mesma bacia hidrográfica.

CRITÉRIO PARA REGULARIZAÇÃO DA RESERVA LEGAL POR COMPENSAÇÃO (art. 38,§6º)

PLC 30/2011

Mudanças
propostas

As áreas devem ser equivalentes em extensão à área a ser compensada, estar localizada no mesmo bioma e se fora do Estado, estar localizada em áreas identificadas como prioritárias pela União ou pelos Estados.

Lei 4.771/65

Como é hoje

Atualmente o critério é apenas de proximidade. A prioridade é que ocorra dentro da microbacia e na sua impossibilidade pode ser feita dentro da mesma bacia hidrográfica, não sendo admitida a compensação com áreas localizadas em outro Estado.

A RESERVA LEGAL E APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO (art. 39)

PLC 30/2011

Mudanças
propostas

No que tange à Reserva Legal, serão respeitadas, sem necessidade de regeneração, recomposição ou compensação, as situações de áreas que se tenham consolidado na conformidade com a lei em vigor à época em que ocorreu a supressão.

Lei 4.771/65

Como é hoje

Não consta dispositivo nesse sentido.

2.5 Outros instrumentos

O Projeto de Lei do Novo Código Florestal também prevê instrumentos econômicos e fi-

nanceiros, desta forma estabelecendo critérios para a valorização das florestas "em pé".

PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (art. 48 e 50)



PLC 30/2011
Mudanças
propostas

Como medida de estímulo ao cumprimento da legislação ambiental, o Novo Código Florestal prevê diversas modalidades de incentivos econômicos para proprietários ou possuidores que estejam inscritos na CAR, inclusive com menção a pagamento por serviços ambientais. Todas essas medidas, entretanto, dependem de regulamentação e disponibilização de recursos por parte do Poder Público.

Lei 4.771/65
Como é hoje

Praticamente não constam instrumentos econômicos em sua redação.

COTA DE RESERVA AMBIENTAL (Art. 51 e 57)

PLC 30/2011
Mudanças
propostas

Disciplina a instituição e funcionamento da Cota de Reserva Ambiental (CRA) como mecanismo para compensação de áreas deficitárias em Reserva Legal.

Lei 4.771/65
Como é hoje

Este mecanismo é previsto, porém com o nome de Cota de Reserva Florestal e jamais foi regulamentado.

CONTROLE DE DESMATAMENTO (art. 58)

PLC 30/2011
Mudanças
propostas

Prevê medidas de controle de desmatamento tais como o embargo da atividade, restrita ao local em que efetivamente ocorreu o desmatamento ilegal e a divulgação dos imóveis embargados. Além de outros dispositivos existentes no interior do texto legal.

Lei 4.771/65
Como é hoje

Não consta dispositivo nesse sentido.

SERVIDÃO AMBIENTAL (art. 62 a 64);

PLC 30/2011
Mudanças
propostas

Disciplina a instituição e funcionamento da Servidão Ambiental como mecanismo para compensação de áreas deficitárias em Reserva Legal.

Lei 4.771/65
Como é hoje

Este mecanismo é previsto, porém com o nome de Servidão Florestal e jamais foi regulamentado.

3 Medidas que incentivam o aumento de florestas e da vegetação natural



Foto: Arquivo Ocepar

A preocupação em evitar o desmatamento foi um dos aspectos prioritário na redação do Projeto de Lei da Câmara 30/2011. Uma análise mais criteriosa revela que haverá uma ampliação das áreas de floresta e vegetação natural existentes no País com a implantação do novo Código Flo-

restal, uma vez que se incentiva a regularização ambiental das áreas ao longo do tempo. O texto prevê punições penais, civis e administrativas aos infratores da lei (art. 2º, § 2º). Destacam-se no texto, os seguintes dispositivos de mitigação do desmatamento:

1. **Não se admite a supressão** de novas áreas de vegetação nativa no caso de agricultura de vazante, bem como esta atividade deverá observar a qualidade da água (art. 4º, § 5º);
2. Na ocorrência de supressão de vegetação nativa em área de preservação permanente, imputa-se ao proprietário ou possuidor da terra a obrigação de **promover a recomposição da vegetação**, ressalvados os usos autorizados em Lei (art. 7º, § 1º);
3. **Veda supressões** não autorizadas de vegetação realizadas após 22 de julho de 2008, proibindo concessão de novas autorizações de supressão, enquanto não for recuperada a área desmatada (art. 7º, 3º);
4. **Veda a expansão de atividades consolidadas** realizadas em áreas de preservação permanente, devendo ser recomposta a vegetação quando houver recomendação técnica e nos casos de áreas de risco (art. 8º);
5. Como regra, **é vedada a conversão de novas áreas** para uso alternativo do solo em topo de morros, veredas, chapadas e altitudes superiores a 1.800 metros (art. 10);
6. **Veda a conversão de novas áreas** para uso alternativo do solo em locais com inclinação entre 25º e 45º (art. 12);
7. **Veda a conversão de novas áreas** para uso alternativo do solo, nas propriedades com até 4 módulos fiscais que não tinham remanescentes de vegetação suficientes em 22 de julho de 2008 (art. 13, § 7º);
8. Institui a possibilidade de computar a Área de Preservação Permanente no cálculo da Reserva Legal, **sem que se implique na conversão de novas áreas** para uso alternativo do solo (art. 16, I);
9. **Não permite a alteração do regime de proteção da Reserva Legal** nos casos de transmissão, a qualquer título, ou de desmembramento do imóvel rural (art. 19);
10. **Não permite a conversão de vegetação nativa** para uso alternativo do solo no imóvel rural que possuir área abandonada (art. 29);
11. Cria o Cadastro Ambiental Rural (CAR) a fim de integrar as informações ambientais das propriedades e, entre outros, **ser instrumento de combate ao desmatamento** (art. 30);
12. No caso de transferência do domínio ou posse do imóvel rural o sucessor assume as **obrigações relativas à Reserva Legal** (art. 38);
13. Na **compensação da Reserva Legal** em áreas prioritárias, deve-se buscar favorecer a recuperação de bacias hidrográficas excessivamente desmatadas, a criação de corredores ecológicos, a conservação de grandes áreas protegidas, a conservação ou recuperação de ecossistemas ou espécies ameaçados (art. 38, § 7º);
14. Estabelece **normas para controle do desmatamento**, entre as quais as imposições de sanções e embargos, além da divulgação de dados da propriedade embargada (art. 58).

4 Ajustes necessários no PLC 30/2011

No sentido de contribuir para o aperfeiçoamento do Projeto de Lei da Câmara 30/2011, o

setor cooperativista apresenta as seguintes proposições:

1. Conceder dispensa da Reserva Legal em até 4 módulos fiscais para todas as propriedades rurais;

Dispensar todos os agricultores da obrigatoriedade de implementação da Reserva Legal em até quatro módulos. Aos proprietários com área superior aos quatro módulos, caberia recuperar ou manter a Reserva Legal na área excedente. Neste caso, seria observado o critério da equidade e tratamento isonômico, para evitar que as propriedades imediatamente subsequentes aos quatro módulos sejam inviabilizadas economicamente pois, na regra geral, os índices de preservação continuam os mesmos exigidos no Código Florestal em vigor (80%, 35% e 20%).

2. Permitir a manutenção das áreas consolidadas nas propriedades rurais situadas nas margens dos rios;

O PLC 30/2011 permite a manutenção das áreas consolidadas às margens de rios com até 10 metros de largura, mas é importante estender essa regra aos rios mais largos para não comprometer as atividades já desenvolvidas pelos agricultores. Tal deliberação é sumamente fundamental, pois existirão casos de pequenas ou até de grandes propriedades, dependendo da situação geográfica em relação ao rio, que ficarão impedidas de manter suas explorações agropecuárias. Com essa adequação, inúmeros agricultores poderão continuar suas atividades no campo, tirando seu sustento da propriedade, evitando sua migração para as periferias das cidades.

3. Implantar sistema de Pagamento por Serviços Ambientais para as propriedades rurais com excedentes florestais;

Essa medida incentivará a manutenção dos maciços vegetais, permitindo ao agricultor conciliar as atividades de preservação com a geração de renda no meio rural. É fundamental que um programa de apoio financeiro à conservação do meio ambiente seja instituído e estendido a todas as propriedades rurais, e não apenas às enquadradas como agricultura familiar, como estabelece o PLC 30/2011.

4. Definir as atividades de interesse social e de utilidade pública

É necessário estabelecer quais são exatamente as atividades de interesse social e de utilidade pública citadas no PLC 30/2011 e para as quais estão previstas a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente, além da manutenção das atividades consolidadas.



Conclusão

O setor produtivo necessita de um novo marco regulatório que discipline a questão da preservação do meio ambiente, permitindo a continuidade da produção agrícola e trazendo paz social pela supressão da lacuna legislativa existente nessa área.

O texto em tramitação no Senado sugere soluções no sentido de estabelecer a ocupação e o uso da terra sustentados num trinômio equilibrado: conservação ambiental, produção agrícola e desenvolvimento econômico.

Resaltamos como avanço a admissão do cômputo da Área de Preservação Permanente no cálculo da Reserva Legal.

No entanto, ainda nos preocupa a viabilidade das pequenas propriedades se o atual percentual da Reserva Legal continuar a ser exigido. **Em nosso entendimento, é necessário ainda considerar o princípio da equidade para os imóveis que excederem aos quatro módulos na aplicação do percentual de Reserva Legal, para evitar que parte significativa das pequenas propriedades fique inviabilizada.** Também

avaliamos como indispensável que seja admitida a manutenção de atividades agrossilvipastoris consolidadas nas propriedades rurais localizadas às margens dos rios.

Entendemos que alguns fatos devem balizar qualquer legislação relacionada ao meio ambiente como, por exemplo, que a natureza é um bem de todos e de titularidade das gerações futuras.

Ainda, que toda a sociedade civil é responsável pela questão e não apenas um segmento ou algumas pessoas. O setor agropecuário responde por grande parte da economia brasileira e a sustentabilidade alimentar do planeta está em jogo. A preservação coerente e racional é o único caminho que te-

mos a seguir. Além disso, a continuidade da viabilidade econômica e patrimonial das pequenas propriedades rurais é imprescindível.

Dessa forma, um texto moderno e coerente trará sustentabilidade ecológica e econômica para garantir disponibilidade de alimentos e geração de riquezas, tanto no campo como na cidade, preservando, de forma eficaz, o meio ambiente.

**Um texto moderno e coerente
trará sustentabilidade ecológica
e econômica para garantir
disponibilidade de alimentos e
geração de riquezas**